

Trabalho com datas comemorativas relacionadas à cultura e à diversidade na educação infantil: possibilidades e limites da intencionalidade pedagógica à luz da pedagogia histórico-crítica

Working with commemorative dates related to culture and diversity in early childhood education: possibilities and limits of pedagogical intentionality in the light of historical-critical pedagogy

Trabajar con fechas conmemorativas relacionadas con la cultura y la diversidad en la Educación Infantil: posibilidades y limitaciones de la intencionalidad pedagógica a la luz de la pedagogía histórico-crítica

Giovana da Silva Soares Guilherme¹

Denise da Silva de Oliveira²

Marilu Martens Oliveira³

David da Silva Pereira⁴

Resumo: Objetiva-se compreender as possibilidades e os limites do trabalho com as datas comemorativas na Educação Infantil. A organização corresponde a uma revisão narrativa. Como métodos, buscaram-se publicações em português, em bases bibliográficas e outras fontes da literatura. Nas conclusões, há convergência uma vez que alguns estudos indicam o potencial educativo das datas comemorativas e divergem, enquanto outros alertam para o risco de abordagens desvinculadas da função social da escola. Na perspectiva da Pedagogia Histórico - Crítica (PHC) o ensino ocorre de forma intencional e sistematizada, cabendo ao professor organizar o processo educativo para promover a formação crítica dos estudantes.

Palavras-chave: Datas comemorativas; Educação infantil; Pedagogia histórico-crítica.

Abstract: This study aims to understand the possibilities and limits of working with commemorative dates in Early Childhood Education. It is structured as a narrative review. The methods consisted of searching for publications in Portuguese in academic databases and other literature. The studies converge in recognizing the educational potential of commemorative dates, while diverging by warning against superficial, decontextualized approaches disconnected from the school's social function. From the perspective of Historical- Critical Pedagogy, teaching should occur intentionally and systematically, with the teacher responsible for organizing the educational process to promote student's critical formation.

Keywords: Commemorative dates. Early childhood education. Historical-critical pedagogy.

Resumen: El presente estudio tiene como objetivo comprender las posibilidades y los límites del trabajo con las fechas conmemorativas en la Educación Infantil. La organización corresponde a una revisión narrativa de la literatura. Como método, se realizaron búsquedas de publicaciones en portugués en bases bibliográficas y otras fuentes de la literatura. Como conclusiones, los estudios convergen al reconocer el potencial educativo de las fechas conmemorativas, mientras divergen al señalar el riesgo de enfoques desvinculados de la función social de la escuela. Desde la perspectiva de la Pedagogía

¹ Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Londrina

² Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, Campus Cornélio Procopio

³ Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

⁴ Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) - Campus Cornélio Procopio e Londrina; Faculdade de Educação da Université de Sherbrooke - Québec - Canadá

Histórico-Crítica, la enseñanza debe desarrollarse de manera intencional y sistemática, correspondiendo al docente organizar el proceso educativo para promover la formación crítica de los estudiantes.

Palabras clave: Fechas conmemorativas; Educación infantil; Pedagogía histórico-crítica.

Introdução

Este estudo aborda o trabalho com as datas comemorativas, com foco em compreender suas possibilidades e limites. A temática é relevante porque faz parte do cotidiano das instituições de Educação Infantil. Além disso, desperta reflexões sobre a organização do trabalho pedagógico e sobre intencionalidade educativa. Justifica-se pela necessidade de ampliar discussões para os docentes refletirem sobre o planejamento pedagógico de forma articulada ao currículo, por meio do acesso a fontes da literatura. Espera-se contribuir para o planejamento de práticas educativas mais intencionais no contexto da Educação Infantil.

Historicamente, as datas comemorativas passaram a integrar o cotidiano das instituições de ensino por meio de comemorações relacionadas a acontecimentos históricos, sociais e culturais. Ao longo do tempo, essas práticas tornaram-se frequentes também no planejamento pedagógico. No cenário atual, observa-se que elas continuam presentes nas práticas pedagógicas na Educação Infantil, por meio de diferentes formas de abordagem.

Apesar dos avanços, a compreensão das possibilidades e dos limites do trabalho com as datas comemorativas na Educação Infantil permanece pouco explorada, o que dificulta o planejamento de ações fundamentada teoricamente. Essa lacuna reforça a necessidade de sistematizar e analisar a produção existente. Pergunta de revisão: Quais são os limites e as possibilidades do trabalho com as datas comemorativas relacionadas à cultura e a diversidade na Educação Infantil, à luz da Pedagogia Histórico-Crítica?

Trata-se de revisão narrativa, considerando 2015-2025, exceto a LDBEN nº 9.394, (Brasil, 1996) que foi incluída por ser um documento oficial pilar para a compreensão da organização da educação brasileira. Produções publicadas em língua portuguesa, com buscas em bases bibliográficas e outras fontes da literatura: Periódicos CAPES, *SciELO*, *Google Acadêmico*, capítulos de livros e documentos oficiais, por exemplo, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/1996) e Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018). O artigo apresenta referencial teórico, métodos da revisão, resultados e discussão e considerações finais, buscando sistematizar conhecimentos que contribuam para a reflexão sobre o trabalho com as datas comemorativas relacionadas à cultura e diversidade na Educação Infantil.

Fundamentos teóricos sobre o trabalho com datas comemorativas na Educação Infantil

Os conceitos de currículo, intencionalidade pedagógica e cultura constituem a base teórica mobilizada sobre o trabalho com as datas comemorativas na Educação Infantil. Para fundamentar essa discussão, utiliza-se a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), formulada por Dermeval Saviani, para a compreensão de que a educação escolar tem como função social possibilitar aos estudantes a apropriação dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade.

Ao discutir os pressupostos da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), idealizada por Saviani, o autor Paulino José Orso (2021) explica que a PHC configura-se como uma teoria pedagógica que compreende o processo de ensino e aprendizagem em sua totalidade, bem como seus diversos desdobramentos, porém ele enfatiza que ela não deve ser reduzida a qualquer teoria da educação:

Então, onde está a diferença entre a PHC e as demais teorias e ou práticas pedagógicas? A diferença é que ela não é apenas mais uma teoria pedagógica ou uma pedagogia qualquer. Ela possui uma teleologia, está voltada para uma finalidade, para a transformação social, objetiva o desenvolvimento omnilateral de todos os agentes envolvidos, a emancipação humana. Portanto, o que diferencia a PHC das demais teorias pedagógicas é o fato de que ela assume um compromisso explícito com a transformação social (Orso, 2021, p. 293).

Coerente com esse compromisso de transformação social, na perspectiva da PHC, o ensino ocorre de forma intencional e sistematizada, cabendo ao professor organizar o processo educativo para promover o desenvolvimento humano e a formação crítica dos estudantes. Nesse sentido, as diversas experiências cotidianas e culturais devem ser valorizadas e constituir o ponto de partida do ensino, de forma a enriquecer os saberes sistematizados. Contudo, a função da escola é elevar o conhecimento prévio do estudante:

Em suma, pela mediação da escola, dá-se a passagem do saber espontâneo ao saber sistematizado, da cultura popular à cultura erudita. Mas, se a escola se justifica em função da necessidade de assimilação do conhecimento elaborado, isto não significa que este seja mais importante ou hierarquicamente superior. [...] Ao contrário, o saber espontâneo, baseado na experiência de vida, a cultura popular, portanto, é a base que torna possível a elaboração do saber e, em consequência, a cultura erudita (Saviani, 2016, p. 56).

No âmbito da legislação educacional brasileira, a Lei Federal n. 9.394, de 20 de dezembro - LDBEN (Brasil, 1996) determina que a Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica, correspondendo ao atendimento educacional de crianças da faixa etária de zero a cinco anos, devendo ser ofertada em creches e pré-escolas, públicas ou privadas (Brasil, 1996). Para atender esse requisito legal, essa mesma lei estabelece em seu Art. 26, que o currículo de todas as etapas da educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) devem ter base nacional comum, devendo ser complementada pelos sistemas de educação regionais, com base na cultura e economia local (Brasil, 1996).

Dessa forma, visando a reflexão sobre práticas pedagógicas especificamente na Educação Infantil, a consulta na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) também foi somente a respeito dessa etapa educacional. Nesse sentido, a BNCC (Brasil, 2018) orienta que a “instituição precisa conhecer e trabalhar com as culturas plurais, dialogando com a riqueza/diversidade cultural das famílias e da comunidade” (Brasil, 2018, p. 37).

Julia Malanchen (2021) explica que as discussões sobre cultura e suas diversidades, ganharam espaço no campo educacional em razão das reivindicações de diferentes movimentos sociais, que passaram a defender o reconhecimento das suas ideias, identidades, culturas e modos de vida. Nesse contexto, Malanchen (2021) aponta que temas como diversidade cultural, identidade, gênero, raça, etnia e religião passaram a integrar debates sobre currículo.

Contudo, na perspectiva da PHC, o reconhecimento da diversidade cultural durante o processo educativo, não deve secundarizar os conhecimentos científicos e restringir o currículo às experiências particulares dos estudantes. Ao contrário, a valorização das diferentes manifestações culturais deve estar articulada à função social da escola de garantir o acesso aos conhecimentos científicos historicamente produzidos pela humanidade, contribuindo para a formação crítica e a compreensão da realidade social (Malanchen, 2021).

A autora crítica a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), argumentando que este documento apresenta um viés tecnicista e pragmático, privilegiando o saber fazer em detrimento do saber pensar. Malanchen (2021) aponta que uma compreensão equivocada do respeito ao pluralismo e à diversidade cultural, pode contribuir para a relativização da ciência, favorecendo práticas pedagógicas vazias. Para a PHC, o problema não está em trabalhar as diversidades, está na forma como esse trabalho é desenvolvido. A partir dessa compreensão, entende-se que o trabalho com datas comemorativas relacionadas à cultura e à diversidade pode contribuir para a formação das crianças, desde que não se restrinja à valorização superficial das diferenças.

Saviani (2016) argumenta que a Base Nacional Comum Curricular, possui limites em sua proposta, pois a sua organização curricular como um todo é subordinada a um “ajuste do funcionamento da educação brasileira aos parâmetros das avaliações gerais padronizadas” (Saviani, 2016, p. 75). Apesar das críticas quanto à organização curricular da BNCC (Brasil, 2018), esse documento constitui a atual referência normativa que orienta a organização do trabalho pedagógico desenvolvido na educação básica. Dessa forma, torna-se pertinente observar como a BNCC (2018) compreende aspectos sobre intencionalidade na Educação Infantil. Nesse sentido, a BNCC (Brasil, 2018) indica que a intencionalidade define-se em ações do professor, ou seja, são as organizações e as propostas do professor, que ofertam experiências e permitem às crianças conhecer a si mesmas e aos outros, bem como aprender sobre a natureza, cultura e conhecimentos científicos.

A BNCC (Brasil, 2018, p. 39), pontua de maneira explícita que durante a relação de aprendizagem a “parte do trabalho do educador é refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças”. Seguindo essa mesma linha de pensamento, Tomazzetti e Palauro (2017, p. 157) afirmam que “o ato de planejar marca a intenção do processo educativo, porém não pode ficar só na intenção. A necessidade de escrever o planejamento o transforma de intencionalidade para documento norteador do trabalho do professor”.

Segundo as autoras, tudo influencia na forma como o professor planeja, porque o planejamento não é neutro, carrega as visões e concepções de quem o faz. No entanto, as autoras enfatizam que “é preciso considerar a participação das crianças desde a origem das temáticas, e para isso é fundamental sua observação e escuta, percebendo necessidades, interesses e as relações do grupo” (Tomazzetti; Palauro, 2017, p. 163), ou seja, não se deve perder de vista o conhecimento que se intenciona que as crianças aprendam, sendo elas as protagonistas em sala de aula e não, o adulto.

Anteriormente, cita-se a palavra currículo, mas não se explica a sua definição. Segundo Saviani (2016), considerar que todas as experiências e atividades escolares definem currículo, pode gerar um conflito no entendimento e distinção do que são atividades curriculares e extracurriculares. Como consequência da indefinição de currículo, as ações pedagógicas centrais e as atividades complementares acabam por receber um nível igual de relevância e o que é para ser complementar, pode passar a tomar lugar do que é essencial. Para o autor, essa situação desvia a escola da sua função principal.

Portanto, para que não exista a mistura entre as práticas secundárias e as fundamentais durante o processo de ensino, Saviani (2016, p. 57) afirma que “currículo é o conjunto das atividades nucleares desenvolvidas pela escola.” Considerando isso, é necessário diferenciar, neste trabalho, o que o autor aponta em seu estudo, que são atividades nucleares e o que são extracurriculares. Segundo Saviani (2016, p. 57) atividades nucleares são o “estudo da língua vernácula, matemática, ciências da natureza, ciências da sociedade, filosofia, artes” e as extracurriculares são as diversas atividades relacionadas às comemorações e que por vezes, o currículo incorpora.

Para o autor, o trabalho com datas comemorativas é uma atividade extracurricular. Não que seja inválido trabalhá-las, no entanto, a sua relevância de abordagem nas aulas está condicionada ao fortalecimento das atividades curriculares da escola, sem interferir negativamente nelas e sem substituí-las. Caso contrário, as comemorações deixam de ser fonte de possibilidade de enriquecimento curricular e passam a ser considerada limitação.

Os pensamentos de Saviani (2016) dialogam com as reflexões de Lira, Dominico e Martins (2018) que afirmam que o trabalho com as datas comemorativas faz parte da cultura escolar há bastante tempo e, por isso, são naturalizadas, não há quase nenhum questionamentos a respeito delas. Acerca do currículo na Educação Infantil, as autoras explicam que é necessária a reflexão, pensando em quem será privilegiado pela prática educativa e a resposta deve ser sempre a criança e não o adulto. Lira, Dominico e Martins (2018), indicam que as datas comemorativas que são trabalhadas nas instituições escolares, acabam seguindo as celebrações comerciais e midiáticas, reforçando-as.

Dessa forma, as autoras defendem que essas datas não sejam englobadas com naturalidade no calendário escolar, porque as pessoas possuem uma base histórica pessoal. Comemorar datas é relevante dentro de cada cultura, mas na escola pode caracterizar exclusão, por exemplo, datas como o Dia dos Pais e Dia das Mães. Outro exemplo de exclusão em abordagens de datas comemorativas, é a confecção de lembrancinhas feitas pelas professoras, sem a participação das crianças.

As autoras enfatizam que datas repetem-se todos os anos. Nesse sentido, trabalhar com foco nelas, acarreta em um ensino repetitivo e atividades maçantes para as crianças. Ao tecer essa crítica, as autoras escrevem que a reflexão não deve ser a data em si, mas a forma como ela está sendo trabalhada pelos docentes:

Assim, temos as pinturas no rosto no ‘Dia do Índio’ e na ‘Páscoa’, apresentações no ‘Dia das Mães’ e no ‘Dia dos Pais’, cartões e lembrancinhas

no ‘Dia da Mulher’, brincadeiras e guloseimas na ‘Semana da Criança’, dentre outras comemorações. Contudo, na maioria das vezes, essas datas são trabalhadas com pouca criticidade e de forma fragmentada (Lira; Dominico; Martins, 2018, p. 147).

Na mesma direção, Morfim *et al.* (2017) indicam que as datas comemorativas no currículo escolar, ao serem trabalhadas todos os anos da mesma forma, além de maçante para as crianças, acabam por não contribuir para a sua formação cultural, já que o trabalho com essas datas podem ser excludentes, caso não coincidam com a realidade dos alunos. Outro ponto citado pelas autoras é a motivação do consumismo por meio destas datas, bem como o desrespeito à laicidade escolar, já que algumas datas são de cunhos religiosos e geralmente, voltada para a religião cristã. Maio, Silva e Oliveira (2024, p.13) ao fazerem uma crítica ao trabalho com as datas comemorativas, escrevem:

Datas comemorativas seguidas de outras datas comemorativas, caracterizando um excesso, são apresentadas e trabalhadas de maneira fragmentada, superficial, descontextualizada e sem relevância e que práticas educativas baseadas na criança, objetivando seu desenvolvimento, têm sido deixadas de lado. O tempo pedagógico é substituído por feitos que pouca ou nenhuma contribuição têm para a formação do(a) educando(a). Constatamos, então, que a escola acaba perdendo de vista sua função decorrente de tantas comemorações presentes, semana após semana, no cotidiano escolar.

As críticas apresentadas não significam que o trabalho com as datas comemorativas deve ser eliminado da Educação Infantil. Ao contrário, com base em Morfim *et al.* (2017), elas evidenciam a necessidade de ressignificar essas práticas, superando abordagens fragmentadas, repetitivas e descontextualizadas. Tal ressignificação depende de um planejamento pedagógico intencional, por meio do qual o professor seleciona conteúdos, define metodologias e organiza diferentes experiências às crianças.

Nicolaio, Gruvald e Camargo (2021) destacam que o planejamento na Educação Infantil deve ampliar as possibilidades de aprendizagens, oferecendo novas experiências, buscando novos significados e repertórios, sem engessar a prática pedagógica. “Reiteramos a importância do planejar para ampliar as possibilidades, para indagar, oferecer o novo, criar repertórios, experimentar, sem amarrar e predeterminar tempos e formas!” (Nicolaio; Gruvald; Camargo, 2021, p. 11). Nesse sentido, o trabalho com as datas comemorativas somente se justifica quando integrado ao planejamento pedagógico e articulado aos objetivos de aprendizagens que se pretende desenvolver. É preciso superar o ato de comemorar sem intencionalidade nas ações educativas da Educação Infantil.

O planejamento constitui um processo de análise e reorganização da prática docente. Nessa mesma direção, Lopes (2018b) ressalta que a prática pedagógica deve ser intencional e voltada para o desenvolvimento integral dos sujeitos, cabendo ao professor mediar a relação entre as crianças e os objetos de aprendizagem. Desse modo, compreende-se que o trabalho com as datas comemorativas também depende de uma prática pedagógica, na qual o professor selecione objetivos de aprendizagem, organize experiências e proponha atividades que ultrapassem o caráter comemorativo, contribuindo para a ampliação do repertório cultural das crianças.

Nessa perspectiva, Lopes (2018a, p. 12) aponta “que esse profissional nunca conclui sua formação, tendo em vista que sua prática exige estar em constante atualização, inspirada pelo contexto social e histórico em que está inserido”. Relacionando essa discussão às datas comemorativas, compreende-se que para fugir do seu caráter meramente de comemoração e ganhar função educativa é necessário um docente capaz de refletir continuamente sobre sua prática, adequando o planejamento às características presentes na sua turma, bem como aos objetivos de aprendizagem que se pretende desenvolver.

A partir disso, percebe-se que o planejamento do professor define as finalidades educativas. O trabalho com as datas comemorativas somente adquire significado educativo quando resulta de um planejamento com essa intencionalidade. Contudo, é válido relembrar que elas não devem ocupar lugar central no currículo e nem substituir os conhecimentos fundamentais que oferecem os conhecimentos científicos e sistematizados, que devem ser transmitidos pelas instituições de ensino. Ao contrário, devem assumir um caráter complementar ao trabalho pedagógico.

Materiais e métodos

Para esta revisão narrativa não houve registro de protocolo. Consultaram-se bases bibliográficas e outras fontes da literatura: Periódicos CAPES, *SciELO*, *Google Acadêmico*, capítulos de livros e documentos oficiais, por exemplo, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Federal n. 9.394, de 20 de dezembro - LDBEN (Brasil, 1996) e Base Nacional Comum Curricular - BNCC (Brasil 2018). As buscas foram realizadas entre julho de 2025 e junho de 2026.

As buscas utilizaram palavras-chave simples combinando Datas comemorativas + Educação Infantil + Pedagogia Histórico- Crítica + Currículo, com aspas para expressões.

Consultaram-se bases acadêmicas Periódicos CAPES; *SciELO*; *Google Acadêmico*, além de outras fontes da literatura, como capítulos de livros, leis/documentos oficiais - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Federal n. 9.394, de 20 de dezembro - LDBEN (Brasil, 1996) e Base Nacional Comum Curricular - BNCC (Brasil 2018), e capítulos disponibilizados durante a disciplina de Escrita Acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (PPGEN/UTFPR). Foram priorizadas publicações em língua portuguesa. Aplicaram-se os filtros 2015–2025, apenas a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Federal n. 9.394, de 20 de dezembro - LDBEN (Brasil, 1996), foi incluída devido à sua relevância para explicar sobre Educação Infantil na pesquisa. Strings básicas usadas: PT- "Datas Comemorativas " + “Educação Infantil” e “Currículo” + “Pedagogia Histórico-Crítica”.

Sobre os critérios de inclusão e exclusão, foram incluídos estudos que tratam de datas comemorativas na Educação Infantil, Pedagogia Histórico- Crítica, currículo, planejamento pedagógico, cultura e diversidade; documentos oficiais. Ressalta-se que, embora algumas dessas expressões não tenham sido utilizadas como palavras-chave nas buscas iniciais, foram incorporadas à revisão por sua relevância para a discussão desenvolvida na fundamentação teórica da pesquisa. Foram excluídas literatura opinativa, contextos fora do âmbito definido, materiais sem aderência à pergunta da revisão.

Realizou-se triagem em 3 etapas (título → resumo → texto completo). Foram selecionados os materiais que apresentavam relação direta com a temática pesquisada, sendo excluídos aqueles que não atendiam aos critérios de inclusão estabelecidos. Empregou-se síntese temática, com agrupamento dos estudos em quatro categorias: C1- Datas comemorativas na Educação Infantil; C2- Pedagogia Histórico-Crítica e currículo; C3- Cultura e diversidade; C4- Planejamento pedagógico, permitindo comparar contribuições dos estudos e discutir divergências.

Resultados e discussão

Esta seção apresenta a caracterização dos estudos selecionados, seguida de análise temática organizada em quatro categorias, permitindo identificar convergências, divergências, bem como contribuições da revisão narrativa acerca das possibilidades e dos limites do trabalho com as datas comemorativas na Educação Infantil.

Foram incluídos 12 estudos publicados entre 2015-2025, com maior concentração entre 2017-2021. Fora desse recorte, apenas a LDBEN nº 9.394, que corresponde de 1996 foi incluída, por ser um documento oficial pilar para a compreensão da organização da educação brasileira. Predominaram abordagens qualitativas, publicados em periódicos científicos, além de capítulos de livros e documentos oficiais. A síntese foi organizada em “Categorias temáticas”. Em C1- Datas comemorativas na Educação Infantil, os estudos convergem ao apontar que o trabalho com datas comemorativas na Educação Infantil não deve se restringir a práticas repetitivas, comemorativas ou descontextualizadas. Caso contrário, afirma Tomazzetti e Palauro (2017, p. 163) “entendemos que este modo de conceber e praticar o planejamento não amplia o repertório cultural da criança, e sim, massifica e empobrece o conhecimento e não valoriza a capacidade da criança”. Além do apresentado na fundamentação teórica, Morfim *et al.* (2017) defendem que cabe aos profissionais da Educação Infantil ressignificar o trabalho com as datas comemorativas, por meio de práticas pedagógicas planejadas e fundamentadas, que promovam momentos oportunos para aprendizagem e valorização da cultura infantil, com experiências educativas significativas.

Na C2- Pedagogia Histórico-Crítica e currículo, os estudos relatam que a função da escola consiste em garantir às crianças o acesso aos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, cabendo ao currículo organizar esses conhecimentos de forma sistematizada. Nessa perspectiva, a Pedagogia Histórico-Crítica compreende que a educação escolar deve promover a apropriação dos conhecimentos científicos, artísticos e culturais aos alunos. Dessa forma, Malanchen (2021) defende que a promoção da apropriação do patrimônio cultural historicamente acumulado, contribui para o desenvolvimento das funções psicológicas do sujeito.

Em convergência com Saviani (2016), a autora defende a ideia de que o “professor não deve desconsiderar os conceitos espontâneos, cotidianos, que o aluno já possui, mas o objetivo do trabalho educativo não é o de limitar o pensamento do aluno a esses conceitos” (Malanchen, 2021, p. 75). Para Saviani (2016), o trabalho com datas comemorativas é uma atividade extracurricular. Não que seja inválido trabalhá-las, no entanto, a sua relevância de abordagem nas aulas está condicionada ao fortalecimento das atividades curriculares da escola, sem interferir negativamente nelas e sem substituí-las.

Ambos os autores citados, tecem críticas à organização curricular proposta pela BNCC (2018). Saviani (2016) problematiza que a organização do documento é pensada para atender avaliações de larga escala e Malanchen (2021) enfatiza que o modo como a BNCC é organizada,

tem-se prioridade em garantir o saber fazer em relação ao saber pensar, pois possui um viés voltado ao tecnicismo e pragmatismo.

Na C3- Cultura e diversidade, os estudos analisados apontam que o trabalho com a cultura e a diversidade na Educação Infantil possibilita às crianças o contato com as diferentes manifestações culturais, favorecendo o respeito às diferenças e a ampliação do repertório cultural. Nessa perspectiva, a BNCC (2018) orienta que as práticas pedagógicas valorizem as diferentes experiências sociais e culturais vivenciadas pelas crianças, reconhecendo a diversidade como elemento de relevância do processo educativo.

Contudo, Malanchen (2021) aponta que uma compreensão equivocada do respeito ao pluralismo e à diversidade cultural pode contribuir para a relativização da ciência e de conteúdos escolares, favorecendo práticas pedagógicas vazias de significado. Compreende-se a partir disso, que o trabalho com cultura e a diversidade deve ultrapassar a simples valorização das diferenças, possibilitando a apropriação de conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade. Nesse sentido, a Pedagogia Histórico-Crítica, teoria presente no texto da autora citada, não se opõe ao trabalho com a diversidade cultural, mas indica que o desafio está na maneira com que esse trabalho é desenvolvido no contexto escolar.

Na C4- Planejamento pedagógico, os estudos analisados apontam que o planejamento pedagógico constitui um processo contínuo de reflexão sobre a prática docente, permitindo ao professor organizar e reorganizar suas ações de acordo com as necessidades das crianças e os objetivos de aprendizagem (Nicolaio; Gruvald; Camargo, 2021). De forma semelhante, Lopes (2018a; 2018b) destaca que o professor está em constante processo de atualização, uma vez que sua prática se desenvolve em um contexto social e histórico em mudanças contínuas.

Assim, partindo dessas ideias, o planejamento das datas comemorativas deve ultrapassar o caráter meramente comemorativo, articulando-se ao currículo e às finalidades educativas da escola.

Considerações finais

Este artigo teve por objetivo compreender as possibilidades e os limites do trabalho com as datas comemorativas na Educação Infantil considerando produções publicadas entre 2015-2025, com exceção da LDBEN nº 9.394 do ano de 1996, que foi incluída devido a sua relevância para a educação. A revisão de literatura permitiu identificar convergências, divergências e

lacunas acerca da abordagem das datas comemorativas, oferecendo um panorama atualizado para a formação docente e reflexão da prática pedagógica.

Os achados convergem em reconhecer que as datas comemorativas podem constituir um recurso pedagógico, quando desenvolvidas com essa intencionalidade educativa. Divergem, quanto aos limites dessa prática, uma vez que alguns estudos indicam seu potencial educativo, enquanto outros alertam para o risco de abordagens superficiais, desvinculadas à função da escola. Em termos interpretativos, à luz da Pedagogia Histórico-Crítica, compreende-se que o problema não está em trabalhar as datas comemorativas, mas sim na forma como são trabalhadas.

Do ponto de vista aplicado, os resultados informam docentes sobre planejamento pedagógico, intencionalidade educativa e articulação das datas comemorativas ao currículo. Para a formação docente, sugerem o aprofundamento dos estudos sobre currículo, Pedagogia Histórico-Crítica e planejamento pedagógico; para políticas e documentos institucionais, indicam diretrizes que orientem o desenvolvimento de práticas contextualizadas à função da escola. Como contribuição, este estudo sistematiza discussões existentes na literatura alinhadas ao referencial. As principais limitações decorrem da heterogeneidade dos estudos; a transferibilidade dos achados é condicionada a contextos educacionais com características semelhantes às contempladas na literatura revisada.

Persistem lacunas relacionadas a estudos que aproximem as discussões teóricas da prática educativa, indicando a necessidade de pesquisas que investiguem como o trabalho das datas comemorativas é efetivamente desenvolvido nas instituições de Educação Infantil e seus impactos no processo de ensino e aprendizagem. Os achados convergem uma vez que alguns estudos indicam seu potencial educativo e divergem, enquanto outros alertam para o risco de abordagens superficiais, descontextualizadas e desvinculadas da função da escola. Recomenda-se a formação docente continuada e o desenvolvimento de pesquisas que ampliem a compreensão sobre essa temática para consolidar evidências e apoiar decisões pedagógicas.

Referências

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

LIRA, Aliandra Cristina Mesomo; DOMINICO, Eliane; MARTINS, Lilian. Currículo e planejamento na educação infantil: datas comemorativas em debate. **Conjectura Filosofia e Educação**, Caxias do sul, v. 23, n. 1, p. 137-153, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21784612.v23.n1.8>. Disponível em: <https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/5388>. Acesso em: 03 jun. 2026

LOPES, Daiane Duarte. Pedagogia no Brasil. In: LIMA, C. C. N.; LOPES, D. D.; NUNES, A. R. (org.). **Introdução à pedagogia**. Porto Alegre: SAGAH, 2018a, p. 1-14.

LOPES, Daiane Duarte. Perspectiva crítica e evolutiva. In: LIMA, C. C. N.; LOPES, D. D.; NUNES, A. R. (org.). **Introdução à pedagogia**. Porto Alegre: SAGAH, 2018b, p. 15-27.

MAIO, Eliane Rose; SILVA, Fernando Guimarães Oliveira da; OLIVEIRA, Márcio. Dia dos pais, dia das mães: quem está contemplado(a)? discussões sobre eventos escolares. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 105, n. 6109, p. 1-16, 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.105.6109>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/TQBNtcFxyz9r5XVxs3ptDTG/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 30 jul. 2025.

MALANCHEN, Julia. Currículo escolar e pedagogia histórico-crítica: formação emancipadora e resistência ao capital. In: LOMBARDI, J. C.; COLARES, M. L. I. S.; ORSO, P. J. (org.). **Pedagogia histórico-crítica e prática pedagógica transformadora**. Uberlândia: Navegando, 2021, p. 65-81.

MORFIM, Ronise Cristina Carvalho; SOLONCA, Juciana Folster; MORAES JUNIOR, Laercio; KOVACS, Paulo. Datas comemorativas na educação infantil: uma reprodução de costumes ou uma prática pedagógica pensante?... mas todo mundo faz essas comemorações, é um costume? **Revista Educacional Interdisciplinar**, Taquara, v. 6, n. 1, p. 1-8, 2017. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/redin/article/view/628>. Acesso em: 15 jul. 2025.

NICOLAIO, Adriana; GRUVALD, Marcela Pontarolo; CAMARGO, Daiana. Planejamento na educação infantil: entre necessidades, saberes e práticas. **Dialogia**, [S. l.], n. 39, p. 1-18, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/20594>. Acesso em: 16 jul. 2025.

ORSO, Paulino José. A implementação da pedagogia histórico-crítica: formas, exigências e desafios. In: LOMBARDI, J. C.; COLARES, M. L. I. S.; ORSO, P. J. (org.). **Pedagogia histórico-crítica e prática pedagógica transformadora**. Uberlândia: Navegando, 2021, p. 287-313.

SAVIANI, Dermeval. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular. **Movimento: Revista de Educação**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 54-84, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32575/18710>. Acesso em: 28 mar. 2026.

TOMAZZETTI, Cleonice Maria; PALAURO, Marisa de Mattos. Datas comemorativas na educação infantil: quais sentidos na prática educativa. **Crítica Educativa**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 150-164, 2017. <http://dx.doi.org/10.22476/revcted.v2i2.87>. Disponível em: <https://criticaeducativa.ufscar.br/index.php/criticaeducativa/article/view/87>. Acesso em: 15 jul. 2025.

Sobre as autoras e o autor

Giovana da Silva Soares Guilherme: Professora de Educação Infantil no CMEI Irmã Pia Gioconda Vieira na Prefeitura de Cornélio Procopio-PR. Possui Ensino Médio Normal pela Colégio Estadual Cristo Rei- Cornélio Procopio-PR (2018). Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual do Norte do Paraná, Campus Cornélio Procopio-PR (2023). Curso de pós-graduação acadêmica Lato Sensu em "Educação Infantil: Ludicidade e Psicomotricidade" pela FACUMINAS (2026). Em 2020-2023, membro participante do Grupo de Estudos e Pesquisa Gestão, Currículo, Políticas Públicas Educativas

e Sociedade- GeCuPES pela Univesidade Estadual do Norte do Paraná (UENP- Campus Cornélio Procópio), coordenado pelo Dr. Luiz Antonio de Oliveira. 2025-Atual aluna (orientanda - David da Silva Pereira) no Grupo de Pesquisa Observatório de Políticas Públicas (GPOPP) vínculo com a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR-Campus Cornélio Procópio). Mestrado Profissional em Ensino (em andamento), orientada pelo Dr. David da Silva Pereira- PPGEN-UTFPR.

E-mail: giovanag@alunos.utfpr.edu.br

Denise da Silva de Oliveira: Mestra em Ensino de Ciências Humanas pela UTFPR, Câmpus Londrina, com foco em Ensino, Ciências e Novas Tecnologias (2015), e é especialista em Literatura Brasileira pela UEL (2011). Além disso, é licenciada em Letras, Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP (2010) e bacharel em Secretariado Executivo pela Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná - UNICENTRO (2008). Também cursou a licenciatura em Letras Inglês na UNICV (2025). Atua como avaliadora de cursos superiores do MEC/INEP e desenvolve pesquisas na área de leitura e literatura, com enfoque na formação do professor de Língua Portuguesa. É integrante do grupo de pesquisa EDITEC (UTFPR/Cornélio Procópio), colaborando em pesquisas como Evocações do passado: memórias procopenses e no Projeto Abraçando a Escola.

E-mail: deniseoliveira@utfpr.edu.br

Marilu Martens Oliveira: Doutorado e pós-doutorado em Letras (UNESP- Literatura e vida social), mestrado em Letras (UEL- Literaturas vernáculas), especialização em Língua Portuguesa: descrição e ensino (FAFI/ UENP).Graduada em Letras Franco-Portuguesas (FAFI/UENP), em Direito (UEL) e em Pedagogia (Faculdade Dom Domênico, Guarujá). Professora titular, aposentada, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) , antiga FAFI . Docente no programa de mestrado profissional Multicampi da UTFPR- (PPGEN). Parecerista de diversos periódicos, nacionais e internacionais. Experiência nas áreas de Letras, Pedagogia e Arte, com ênfase em Literatura e Ensino, atuando principalmente nos seguintes temas: formação docente; incentivo à leitura e formação do leitor; literaturas (brasileira, portuguesa, comparada, infantil e juvenil), interartes, intermídias, cinema, MPB, teatro.

E-mail: marilu@utfpr.edu.br

David da Silva Pereira: Formador de profissionais para a Educação Básica após set. 2011. Atualmente, é docente da UTFPR - Campus Cornélio Procópio, mestrado Profissional em Ensino - UTFPR-Londrina e Professor convidado da Faculdade de Educação da Université de Sherbrooke - Québec - Canadá (2026-2027). Doutorado em Educação (2024) e em Ciência Política (2013). Pós-doutorado em Filosofia da Educação (2018).

E-mail: davidpereira@utfpr.edu.br

Recebido em: 04 set. 2026

Aprovado em: 27 set. 2026